

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

***CURSO DE DIREITO
ADMINISTRATIVO***

*31ª edição,
revista e atualizada
até a Emenda Constitucional 76,
de 28.11.2013*

STJ00097765

CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

© CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

Como Elementos de Direito Administrativo

1ª ed., 1ª tir., 1980; 2ª tir., 1981; 3ª tir., 1983; 4ª tir., 1984; 5ª tir., 1986;
6ª tir., 1987; 7ª tir., 1988; 2ª ed., 1ª tir., 01.1991; 2ª tir., 03.1991; 3ª ed., 1992.

Como Curso de Direito Administrativo

4ª ed., 1993; 5ª ed., 1994; 6ª ed., 02.1995; 7ª ed., 11.1995; 8ª ed., 04.1996;
9ª ed., 06.1997; 10ª ed., 01.1998; 11ª ed., 02.1999; 12ª ed., 1ª tir., 01.2000;
2ª tir., 05.2000; 13ª ed., 01.2001; 14ª ed., 02.2002; 15ª ed., 01.2003;
16ª ed., 08.2003; 17ª ed., 01.2004; 18ª ed., 01.2005; 19ª ed., 07.2005;
20ª ed., 02.2006; 21ª ed., 07.2006; 22ª ed., 03.2007; 23ª ed., 08.2007;
24ª ed., 09.2007; 25ª ed., 1ª tir., 03.2008; 2ª tir., 08.2008; 26ª ed., 01.2009;
27ª ed., 02.2010; 28ª ed., 02.2011; 29ª ed., 01.2012; 30ª ed., 02.2013

ISBN: 978-85-392-0222-5

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.*

*Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

*Composição
Acqua Estúdio Gráfico Ltda.*

*Capa
Nadia Basso*

*Impresso no Brasil
Printed in Brazil
02.2014*

995947

SUMÁRIO

<i>Nota à 31ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
I — <i>As funções do Estado</i>	29
II — <i>Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	32
III — <i>A função política ou de governo</i>	36
IV — <i>O Direito Administrativo</i>	37
V — <i>Origem do Direito Administrativo</i>	38
VI — <i>As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	43
VII — <i>O regime jurídico-administrativo</i>	53
VIII — <i>O Direito Administrativo e o interesse público: conceito jurídico de interesse público — O que é direito público subjetivo</i>	59
<i>Direito subjetivo público, 63; Interesses primários e secundários do Estado, 65</i>	
IX — <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	70
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 70; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 76</i>	
X — <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	90
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
I — <i>Princípios expressos e implícitos</i>	98
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 99; 2ª) Princípio da legalidade, 102; 3ª) Princípio da finalidade, 109; 4ª) Princípio da razoabilidade, 111; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 113; 6ª) Prin- cípio da motivação, 115; 7ª) Princípio da impessoalidade, 117; 8ª) Princípio da publicidade, 117; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 118; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 122; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 123; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 124; 13ª) Princípio da boa administração, 125; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 126

- II** – **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**
a) Medidas provisórias, 129; b) Estado de defesa, 137; c) Estado de sítio, 138

PARTE II – OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

141

Capítulo III – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I** – **Os órgãos e as competências públicas** 143
Órgãos públicos, 144; Classificação dos órgãos, 145; Competências públicas, 146 (Conceito de competência, 148)
- II** – **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia** 150
- III** – **Centralização e descentralização administrativa** 153
Desconcentração, 154; A hierarquia e os poderes do hierarca, 154; Distinção entre descentralização e desconcentração, 155; O controle, 155
- IV** – **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta** 156
Administração direta da União, 157; Critério classificador do Decreto-lei 200, 158; Entes paraestatais, 161

Capítulo IV – FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS

164

- I** – **Autarquias**
Conceito, 164; Regime jurídico, 165 (a) Relações com a pessoa que as criou, 166; b) Relações com terceiros, 169; c) Relações internas, 171); Autarquias especiais ou sob regime especial, 173; Agências reguladoras, 174; Agências executivas, 185
- II** – **Fundações públicas**
Conceito legal: impropriedade, 188; Natureza das fundações públicas, 190

III	— Empresas públicas e sociedades de economia mista <i>Conceito de empresa pública, 191 (Conceito legal: impropriedade, 191); Conceito de sociedade de economia mista, 195 (Conceito legal: impropriedade, 196); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 197; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: consequências, 198; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 201; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 202; Empresas estatais e concessão de serviço público, 203; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 205; O regime jurídico das empresas estatais, 208 (a) Relações com a pessoa que as criou, 208; b) Relações com terceiros, 212; c) Relações internas, 223)</i>	
IV	— Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa	226
	<i>Contrato de gestão, 229; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 231 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 237; Contrato entre órgãos?, 238); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 240; Organizações sociais, 241; Organizações da sociedade civil de interesse público, 246</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— Agentes públicos	248
II	— Classificação dos agentes públicos	251
	<i>a) Agentes políticos, 251; b) Agentes honoríficos, 252; c) Servidores estatais, 253 (Servidores públicos: conceito e espécies, 253; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 255); d) Particulares em colaboração com a Administração, 255</i>	
III	— Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos	258
	<i>a) Cargos públicos, 259; b) Funções públicas, 260; c) Empregos públicos, 260</i>	
IV	— Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público	261
V	— Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais	262
VI	— Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo	263

- VII** — *Objeto das normas constitucionais sobre pessoal* 271
- VIII** — *Normas de contenção de despesas com os servidores estatais*
- a) Limite global de despesas com pessoal, 271; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 276; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 276
- IX** — *Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos*
- a) Criação de remuneração por subsídios, 277; b) Limite de remuneração, 278; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 282; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 283; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 283; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 283; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 283
- X** — *Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)* ... 284
- a) Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 285 (Admissão e dispensa nas estatais, 288); b) Contratação excepcional sem concurso, 290; c) Direito de greve e de sindicalização, 291; d) Proibição de acumulação remunerada, 292; e) Sanção por improbidade administrativa, 293
- XI** — *Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos* 293
- a) Irredutibilidade de vencimentos, 294; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 294; c) Estabilidade, 295; d) Disponibilidade, 296; e) Aposentadoria e proventos, 297; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos, 297; g) Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões, 298; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 301; i) Contribuição previdenciária, 303; j) Atualização de proventos e pensões, 307
- XII** — *Os cargos públicos* 308
- a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 309; b) Classificação dos cargos, 309 (Cargos em comissão, 309; Cargos de provimento efetivo, 310; Cargos vitalícios, 312); c) Lotação dos cargos e “redistribuição”, 313

XIII	— O provimento em cargo público: conceito e formas	313
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 314; Posse, 314); <i>b) Provimentos derivados</i> , 315 (Provimento derivado vertical (promoção), 316; Provimento derivado horizontal (readaptação), 316; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 316)	
XIV	— Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários	317
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 318 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 318; Direitos de ausência ao serviço, 320; Aposentadoria, 326); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 326	
XV	— Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários	327
	<i>Prescrição</i> , 330	
XVI	— Sindicância e processo administrativo	330
XVII	— Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores	335
PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA		341
Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO		
I	— Introdução	343
II	— Espécies de regulamento no Direito europeu	345
III	— O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição brasileira	346
IV	— Conceito de regulamento no Direito brasileiro	347
V	— Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro	348
VI	— O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil	349
VII	— Finalidade e natureza da competência regulamentar	355
VIII	— Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada	358
IX	— O objeto da competência regulamentar	364
X	— Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado	370
XI	— Resoluções, instruções e portarias	373

Capítulo VII — **ATOS ADMINISTRATIVOS**

I	— Considerações introdutórias	
	a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos</i> , 375; b) <i>O problema da conceituação do ato administrativo</i> , 379; c) <i>Os conceitos jurídicos</i> , 380; d) <i>Historicidade dos conceitos jurídicos</i> , 383; e) <i>Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos</i> , 384; f) <i>Crítério básico para conceituação do ato administrativo</i> , 387	
II	— Atos da Administração e atos administrativos	387
III	— Conceito de ato administrativo	389
IV	— Perfeição, validade e eficácia	390
V	— Requisitos do ato administrativo	394
VI	— Elementos do ato <i>Conteúdo</i> , 397; <i>Forma</i> , 398	
VII	— Pressupostos do ato 1) <i>Pressupostos de existência</i> , 399; 2) <i>Pressupostos de validade</i> : A) <i>Sujeito (pressuposto subjetivo)</i> , 400; B) <i>Motivo (pressuposto objetivo)</i> , 401 (Motivo do ato e motivo legal, 402; Motivo e móvel, 403; O papel da vontade no ato administrativo, 403; Motivo e motivação, 404; O dever de motivar e as consequências de sua violação, 404; Teoria dos motivos determinantes, 408); C) <i>Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo)</i> , 408; D) <i>Finalidade (pressuposto teleológico)</i> , 409 (Teoria do desvio de poder, 410); E) <i>Causa (pressuposto lógico)</i> , 412; F) <i>Formalização (pressuposto formalístico)</i> , 415	
VIII	— O silêncio no Direito Administrativo	417
IX	— Atributos dos atos administrativos	421
	<i>Casos em que cabe executoriedade</i> , 426; <i>Defesas contra a executoriedade</i> , 426	
X	— Classificação dos atos administrativos	426
	a) <i>Quanto à natureza da atividade</i> , 427; b) <i>Quanto à estrutura do ato</i> , 427; c) <i>Quanto aos destinatários do ato</i> , 428; d) <i>Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática</i> , 428; e) <i>Quanto à função da vontade administrativa</i> , 429; f) <i>Quanto aos efeitos</i> , 429; g) <i>Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados</i> , 429; h) <i>Quanto à situação de terceiros</i> , 431; i) <i>Quanto à composição da vontade produtora do ato</i> , 431; j) <i>Quanto à formação do ato</i> , 432; l) <i>Quanto à natureza das situações jurídicas que criam</i> , 432; m) <i>Quanto à posição jurídica da Administração</i> , 433	

XI	— Vinculação e discricionariedade	434
	<i>Discricionariedade técnica, 441</i>	
XII	— Atos administrativos “in specie”	
	<i>Em função do conteúdo, 442; Como formas de manifestação de outros atos, 448</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	452
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	454
XV	— Revogação	
	<i>Conceito, 457; Sujeito ativo da revogação, 458; Objeto da revogação, 458; Fundamento da revogação, 460; Motivos da revogação, 461; Efeitos da revogação, 462; Natureza do ato revogador, 463; Limites ao poder de revogar, 464; Revogação e indenização, 466</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	467
XVII	— Invalidade dos atos administrativos	469
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 470; Objeto da invalidação, 470; Fundamento da invalidação, 472; Motivo da invalidação, 472; Forma da invalidação, 472; Efeitos da invalidação, 474; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 475; Atos irregulares, 478; Comentários às diferentes teorias, 479; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 480; Convalidação, 482; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 483; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 486; Regime dos atos inválidos, 486; Invalidação e dever de indenizar, 489; Direito de resistência contra atos inválidos, 490</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	491
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	493
 Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO		
I	— Conceito de procedimento administrativo	494
	<i>Procedimento e ato complexo, 500</i>	
II	— Requisitos do procedimento	501
III	— Importância do procedimento administrativo.	
	<i>Atualidade do tema</i>	502
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	505
V	— Espécies de procedimento	506
VI	— Fases do processo ou procedimento	508
VII	— Princípios do procedimento	509
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	514

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	518
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	520
	Âmbito de abrangência, 520; Competência, 521; Princípios do processo e garantias do administrado, 521; Sequência processual, 526; Prazos processuais, 530; Revogação, anulação e convalidação, 531	

Capítulo IX — LICITAÇÃO

I	— Conceito e finalidades	532
II	— A legislação sobre licitação	535
	Normas gerais de licitação e contratos, 540	
III	— Os princípios da licitação	542
IV	— Quem está obrigado a licitar	549
V	— Os pressupostos da licitação	551
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	552
	Bens singulares, 553; Serviços singulares, 554; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 554; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 555; Inexigibilidade de licitação, 560; Serviços técnicos de natureza singular, 563; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 565; Licitação proibida, 566	
VII	— Modalidades da licitação	566
	Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 573; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 574; Pregão e consulta, 575 (Procedimento do pregão, 576); Registros cadastrais, 580; O registro de preços, 582; Comissões de licitação, 583; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 583; Alienação de bens, 585; Licitações internas e licitações internacionais, 585	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	586
	Requisitos para instauração de licitação, 587; Vedações nas licitações, 587	
IX	— Fases da licitação	589
	Exame dos afluentes à licitação, 589; Exame das propostas, 590; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 590; Esquema analítico das fases, 591; Sequência procedimental da concorrência, 592	
X	— O edital	595
	Vícios do edital, 597	

XI	— A habilitação	598
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 604; Consórcios, 605; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 606; Comparecimento de um único licitante, 606; Pré-qualificação, 606; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 607; Efeito jurídico da habilitação, 607; Vícios da habilitação, 608</i>	
XII	— O julgamento	609
	<i>Requisitos das propostas, 610; Objetividade do julgamento, 613; Classificação, 613; Desempate entre as propostas, 613; Os “tipos” de licitação, 613; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 616; Classificação de uma só proposta, 617; Vícios da classificação, 617; Efeito jurídico da classificação, 618</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	618
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	619
XV	— Recursos administrativos	620
XVI	— O procedimento licitatório e suas consequências	621
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 621; Revogação da licitação, 621; Anulação da licitação, 622</i>	
XVII	— Crimes	625
XVIII	— Licitação e mandado de segurança	625
 Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO		
I	— Introdução	627
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 628</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	629
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	631
IV	— Conceito de contrato administrativo	633
V	— Características do chamado “contrato administrativo”	635
	<i>A lógica do contrato administrativo, 637</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	637
	<i>Alteração unilateral do contrato, 639; Alteração bilateral do contrato, 640; Extinção do contrato: generalidades e a extinção unilateral, 641; Outras hipóteses de extinção, 642; A “exceptio non adimpleti contractus”, 643; Prazo e prorrogação dos contratos, 643; Formalidades do contrato administrativo, 645; Eficácia dos contratos admi-</i>	

nistrativos, 646; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 646; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 654

VII	– Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo	655
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e o Direito Positivo brasileiro, 658; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 663</i>	
VIII	– A cláusula “rebus sic stantibus”	664
IX	– A teoria da imprevisão	665
X	– As cláusulas de reajustes de preços	668
XI	– Os reajustes e os índices oficiais	670
XII	– Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”	673
XIII	– Os quase contratos e o enriquecimento sem causa	674
XIV	– Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ...	678
XV	– Convênios e consórcios	681
PARTE IV – AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		685
Capítulo XI – SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA		
I	– Conceito de serviço público	688
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 692; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 694; Princípios do serviço público, 694</i>	
II	– Titularidade do serviço e titularidade da prestação	699
III	– Serviços públicos e outras atividades estatais	700
	<i>Serviço público e obra pública, 700; Serviço público e poder de polícia, 701; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 703</i>	
IV	– Serviços públicos por determinação constitucional	704
V	– Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	706
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 706; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 707; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 707; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 707</i>	
VI	– Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição	708

VII	— <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i>	709
VIII	— <i>Serviços públicos e serviços governamentais</i>	711
IX	— <i>Obra pública</i> <i>Conceito, 713; Modalidades de execução indireta, 714; Obra de grande vulto, 715; Obra de imenso vulto, 716; Garantia de execução, 716; Fiscalização da obra, 717; Recebimento da obra, 717; Responsabilidade pela obra, 718</i>	
 Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS		
I	— <i>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</i>	718
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 720; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 721; Improriedade das definições legais, 724; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 728; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas consequências, 729</i>	
II	— <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i>	731
	<i>Licitação das concessões, 733; O “contrato” de concessão, 740; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 740; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 743</i>	
III	— <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i>	744
IV	— <i>Os poderes do concedente</i>	746
V	— <i>Os direitos do concessionário</i>	751
	<i>Remuneração do concessionário, 752</i>	
VI	— <i>As tarifas</i>	753
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 755; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 756</i>	
VII	— <i>Os direitos dos usuários</i>	761
VIII	— <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i>	765
IX	— <i>A reversão dos bens</i>	770

X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	773
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	774
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	776
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	787
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i>	790
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 792; Modalidades, 792; Concessão administrativa: a falsa concessão, 794; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 795; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 797; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 797; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 798; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 798; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 799; Licitação nas parcerias público-privadas, 800; Disposições aplicáveis apenas à União, 802; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 802 (Vinculação de receitas, 803; Fundos especiais, 804; Empresa estatal garantidora, 806; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 806; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 807)</i>	

Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— <i>Introdução</i>	808
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 811; Valorização do trabalho humano, 812; Liberdade de iniciativa, 813; Atividades privadas sob regime especial, 818; Função social da propriedade, 818; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 819; CADE: organização e funções, 820 (Superintendência-Geral, 821); Infrações à ordem econômica, 822; Penas por infrações à ordem econômica, 824; Acordo de leniência, 826; Defesa do consumidor, 826; Monopólio, 829</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i>	830

Capítulo XIV – **PODER DE POLÍCIA**

I	– <i>Introdução</i>	836
II	– <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	840
III	– <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	841
IV	– <i>Supremacia geral e supremacia especial</i>	842
V	– <i>Essência do poder de polícia</i>	847
	<i>Traços característicos, 849</i>	
VI	– <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	851
VII	– <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	853
VIII	– <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	854
IX	– <i>Definição de polícia administrativa</i>	855
X	– <i>Polícia geral e polícia especial</i>	855
XI	– <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	857
XII	– <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> ...	859
XIII	– <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	861
XIV	– <i>Setores da polícia administrativa</i>	862
XV	– <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> ...	862

Capítulo XV – **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I	– <i>Conceito</i>	865
II	– <i>Finalidades</i>	866
III	– <i>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</i>	867
IV	– <i>“Excludentes” da infração ou da sanção</i>	868
V	– <i>Princípios</i>	868
	<i>a) Princípio da legalidade, 868; b) Princípio da anterioridade, 870; c) Princípio da tipicidade, 871; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 873; e) Princípio da proporcionalidade, 874; f) Princípio do devido processo legal, 875; g) Princípio da motivação, 877</i>	
VI	– <i>Providências acautelatórias</i>	877
VII	– <i>Classificações das sanções: sanções transmissíveis e sanções intransmissíveis</i>	878
VIII	– <i>Multas</i>	881
IX	– <i>Dever de sancionar</i>	882

Capítulo XVI – **DESAPROPRIAÇÃO**

I	– <i>Conceito</i>	883
II	– <i>Fundamentos da desapropriação</i>	888
III	– <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i>	889
IV	– <i>Requisitos da desapropriação</i>	891
V	– <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i>	893
VI	– <i>Objeto da desapropriação</i>	894
VII	– <i>Beneficiários da desapropriação</i>	895
VIII	– <i>Fases do procedimento expropriatório</i>	896
IX	– <i>A declaração de utilidade pública</i>	896
X	– <i>A imissão provisória de posse</i>	890
XI	– <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i>	902
XII	– <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i>	907
XIII	– <i>Desapropriação por zona</i>	907
XIV	– <i>Desapropriação indireta</i>	908
XV	– <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i>	909
XVI	– <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i>	910
XVII	– <i>Requisição</i>	923
XVIII	– <i>Servidão administrativa</i>	925
XIX	– <i>Tombamento</i>	928

Capítulo XVII – **GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS**

I	– <i>Conceito</i>	931
II	– <i>Os bens com relação à sua destinação</i>	932
III	– <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i>	933
IV	– <i>Regime jurídico dos bens públicos</i>	933
V	– <i>Os bens quanto à sua natureza física</i>	935
	a) <i>Bens do domínio hídrico, 936; b) Bens do domínio terrestre, 937 (Domínio do solo, 937; Domínio do subsolo, 941)</i>	
VI	– <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i>	942
VII	– <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i>	943
	a) <i>Utilização dos bens de uso comum, 943; b) Utilização dos bens de uso especial, 948; c) Utilização dos bens dominicais, 948</i>	

**PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO
E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO 953**

**Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

I	— Controle interno e externo	955
	a) Controle interno, 957; b) Controle externo, 958	
II	— Controle parlamentar direto	958
	a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 958; b) Con- vocação de Ministros e requerimentos de informa�es; recebimento de peti�es, queixas e representa�es dos administrados e convoca�o de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 958; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 959; d) Autoriza�es ou aprova�es do Con- gresso necessárias para atos concretos do Executivo, 959; e) Poderes controladores privativos do Senado, 960; f) Julgamento das contas do Executivo, 960; g) Suspensão e destituic�o (“impeachment”) do Presidente ou de Minis- tros, 961	
III	— Controle pelo Tribunal de Contas	961
	a) Compostura e composic�o do Tribunal de Contas, 962; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 962; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 963	
IV	— Controle jurisdicional (panorama)	964
	a) “Habeas corpus”, 971; b) Mandado de segurança, 972; c) “Habeas data”, 973; d) Mandado de injun�o, 973; e) A�o popular, 974; f) A�o civil pública, 974; g) A�o direta de inconstitucionalidade, 975	

**Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
E CONTROLE JUDICIAL**

I	— Introdu�o	976
II	— Princípio da legalidade	978
III	— Vincula�o e discricionariedade	979
	Mérito do ato, 983	
IV	— Fundamentos da discricionariedade	983
V	— Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	986
VI	— Conceito de discricionariedade	990
VII	— Limites da discricionariedade	991
VIII	— Extensão do controle judicial	995
	a) Exame dos motivos, 995; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 997; c) Exame da causa do ato, 1001	

IX	— <i>Relatividade da competência discricionária</i>	1001
X	— <i>Conclusão</i>	1008

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— <i>Introdução</i>	1011
II	— <i>Responsabilidade e sacrifício de direito</i>	1012
III	— <i>Originalidade da responsabilidade pública</i>	1015
IV	— <i>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</i>	1017
V	— <i>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</i>	1019
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 1019; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 1020; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 1021; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 1024	
VI	— <i>Fundamentos da responsabilidade do Estado</i>	1025
VII	— <i>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</i>	1025
VIII	— <i>Os sujeitos que comprometem o Estado</i>	1026
IX	— <i>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</i>	1028
	a) Danos por ação do Estado, 1029; b) Danos por omissão do Estado, 1031; c) Danos dependentes de situação apenas propiciada pelo Estado, 1036	
X	— <i>O dano indenizável</i>	1038
XI	— <i>Excludentes da responsabilidade do Estado</i>	1042
XII	— <i>A responsabilidade do Estado no Brasil</i> a) Introdução, 1044; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 1045; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1049; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1052; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 1060; f) A forma de efetivação da responsabilidade do Estado, 1063; g) A responsabilidade dos agentes e de terceiros por ilícitos, 1067	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— <i>Prescrição, decadência e preclusão</i>	1072
II	— <i>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</i>	1072

III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	1075
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1078
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1078
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1080

**APÊNDICE — O NEOCOLONIALISMO E O DIREITO
ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**

I	— <i>Introdução</i>	1085
II	— <i>A globalização, o neoliberalismo e a “reforma” do Estado</i>	1090
III	— <i>Os reflexos da globalização no mundo jurídico brasileiro</i> ...	1094
IV	— <i>Conclusão</i>	1098

ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES	1101
--	------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1107
--	------